

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

REQUERIMENTO N° DE 2024 (Da Sra. Ivoneide Caetano)

Apresentação: 21/06/2024 15:48:57.590 - CICS

REQ n.43/2024

Requer a realização de Audiência Pública para debater a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 606/2024.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela, objeto do Projeto de Lei nº606, de 2024, de autoria da eminente Deputada Erika Hilton, que tramita neste Colegiado.

Para compor a mesa como debatedores, sugiro sejam convidados:

- 1 - Representante do Ministério Público do Trabalho;
- 2 - Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Direito;
- 3 - Representante do Grupo de Pesquisa "Trabalho e Teoria Social" da Universidade de Brasília (UnB).
4. Carina Trindade - Representante da Federação Nacional dos Sindicatos de Motoristas de Aplicativos (Fenasmapp).
5. Adriana Marcolino - Representante do DIEESE.



6. Leandro da Cruz Medeiros - Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transportes Terrestres Intermunicipal do Estado de São Paulo (STRATTESP/SP).

JUSTIFICAÇÃO

Os casos de violência contra entregadores por clientes têm se tornado cada vez mais comuns, à medida que o acesso aos serviços de *delivery* se expandem para todo o País e se popularizam por meio dos aplicativos.

Em um dos casos, por exemplo, que ganhou repercussão na mídia, o motoboy Nilton Ramon de Oliveira, de 24 anos, por se recusar a subir em um apartamento para entregar o pedido, foi baleado depois de uma discussão com um cliente.

Diante do número crescente de casos graves de violação de direitos básicos desses trabalhadores, torna-se urgente que iniciar um debate para compreendermos a dinâmica entre os aplicativos, entregadores e clientes, o cotidiano dessa modalidade de trabalho, a existência ou ausência de mecanismos e medidas de proteção oferecidos pelas empresas intermediadoras e contratantes desses trabalhadores contra os ataques e ofensas por ele sofridas. É preciso debater a proposta legislativa sobre procedimentos que podem e devem ser adotados pelos aplicativos de prevenção e após os casos de violência.

Nesse contexto, solicitamos Audiência Pública para discutir a necessidade e mecanismos de assistência jurídica e psicológica aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela.

Sala da Comissão, em de junho de 2024.



Deputada Ivoneide Caetano
PT-BA

Apresentação: 21/06/2024 15:48:57.590 - CICS

REQ n.43/2024



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244344988900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivoneide Caetano e outros



* CD 2 4 4 3 4 4 9 8 8 9 0 0 *



Requerimento de Audiência Pública (Da Sra. Ivoneide Caetano)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 606/2024.

Assinaram eletronicamente o documento CD244344988900, nesta ordem:

- 1 Dep. Ivoneide Caetano (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP)

